

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.710 - DF (2019/0284385-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : R L P**  
**ADVOGADO : RAIMUNDO LUIZ PEREIRA - DF004080**  
**AGRAVADO : P N DA S**  
**ADVOGADO : TYAGO PEREIRA BARBOSA - DF018206**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por R. L. P. em face da decisão acostada a fls. 951-952 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelos ora agravantes.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 821-835 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

DIREITO DE FAMÍLIA. PARTILHA DE BENS DE CASAL. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO. REJEIÇÃO. PENSIONAMENTO EM FAVOR DO CÔNJUGE. DESCABIMENTO. RECURSOS CONQUISTADOS ANTERIORMENTE AO CASAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE PARTILHA. UTILIZAÇÃO EM AQUISIÇÃO DE BEM EM PROVEITO DA FAMÍLIA. POSSIBILIDADE DE PARTILHA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1- Identificando-se como devidamente postulada a averiguação da existência de patrimônio partilhável por meio dos sistemas de consulta disponíveis ao Julgador, com a sua sucessiva divisão entre as partes, tem-se que não extrapola o pedido a determinação de partilha dos bens que se tornaram conhecidos ao longo da tramitação, motivo pelo qual, havendo congruência e conformidade entre a postulação e o provimento jurisdicional, revela-se descabida a alegação de que a sentença desbordou dos limites do pedido. 2 -A divisão do valor das parcelas de financiamento dos imóveis pagas ao longo da duração do casamento encontra-se abarcada pelo requerimento de partilha dos imóveis como um todo, o que autoriza o Juiz a apreciá-la. Preliminar de nulidade deduzida ao argumento de violação ao princípio da adstrição rejeitada. 3 - Tendo em vista a compreensão de que os alimentos fixados em favor de companheiros e cônjuges são excepcionais, tendo caráter transitório, já que, em regra, após a maioridade civil, cada pessoa há de suportar o seu próprio sustento, bem assim em face de informações de que a Ré vem prestando serviços regulares, ainda que sem vínculo empregatício, como profissional da área de Nutrição, percebendo remuneração condigna, que possibilita que sobreviva por seus próprios meios, afigura-se o acerto da rejeição ao pedido de fixação de pensionamento em seu favor. 4 - Uma vez que os honorários advocatícios, bem assim as diferenças remuneratórias devidas ao Autor foram por ele conquistados antes da vigência do regime de bens, descabe a pretensão de partilha sobre

tais valores, ainda que tenham sido pagos na constância do casamento, pois o matrimônio das partes foi regido pela comunhão parcial de bens. 5 - É assente na jurisprudência a compreensão de que recursos em pecúnia percebidos por um dos cônjuges, a exemplo do que ocorre com verbas do FGTS, que de igual maneira às verbas atrasadas em debate tem natureza jurídica de fruto civil do trabalho, uma vez utilizados em proveito da família na aquisição de bens durante a vigência do casamento, perdem sua característica de incomunicabilidade. 6 - Não se verifica a possibilidade de aplicação das penalidades decorrentes de condutas que implicam litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da Justiça, pois não é evidente o dolo processual da parte. Preliminar rejeitada. Apelações Cíveis desprovidas.

Opostos embargos de declaração (fls. 837-855 e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 859-866 e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegaram os insurgentes que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* art. 1659, inc. I, II e VI, do Código Civil, defendendo que, se as verbas trabalhistas recebidas a título de diferença salarial não devem ser partilhadas, pois o direito à sua percepção nasceu antes do casamento, também não devem ser incluídos na divisão os bens a ela subrogados; *(ii)* arts. 1227, 1245 e 1246, do Código Civil e art. 344 e 373, inc. I, do CPC/15, pois não foi demonstrada a propriedade dos imóveis partilhados, ao contrário, é fato incontroverso a inexistência do bem, ante atraso na entrega da obra. Aduziu, ainda, estar configurado o dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões a fls. **865-709** e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a corte de origem negou seguimento ao apelo nobre **indicando insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 7/STJ.**

Inconformados, interpuseram o presente agravo (**art. 544 do CPC/73**), cuja minuta está acostada a fls. **3-16** e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta a fls. **720-744** e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

O recurso não comporta provimento.

1. Não prosperam as alegações de ofensa ao artigo art. 1659, inc. I, II e VI, do Código Civil. Conforme a jurisprudência deste Tribunal Superior, "Os frutos civis do trabalho são comunicáveis quando percebidos, sendo que a incomunicabilidade apenas atinge o direito ao seu recebimento. (REsp 1295991/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 17/04/2013).

No mesmo sentido:

RECURSO ESPECIAL. CASAMENTO. REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. DOAÇÃO FEITA A UM DOS CÔNJUGES. INCOMUNICABILIDADE. FGTS. NATUREZA JURÍDICA. PROVENTOS DO TRABALHO. VALORES RECEBIDOS NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. COMPOSIÇÃO DA MEAÇÃO. SAQUE DIFERIDO. RESERVA EM CONTA VINCULADA ESPECÍFICA. [...] 4. **O entendimento atual do Superior Tribunal de**

**Justiça é o de que os proventos do trabalho recebidos, por um ou outro cônjuge, na vigência do casamento, compõem o patrimônio comum do casal, a ser partilhado na separação, tendo em vista a formação de sociedade de fato, configurada pelo esforço comum dos cônjuges, independentemente de ser financeira a contribuição de um dos consortes e do outro não.** [...] 8. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1399199/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/03/2016, DJe 22/04/2016).

Extrai-se da fundamentação do voto condutor do referido precedente que a razão de decidir, naquele caso, adequa-se ao presente feito, uma vez que esta Corte entendeu que a melhor interpretação ao art. 1.659, inc. IV, do Código Civil é aquela que considera comunicáveis os proventos percebidos na constância da sociedade conjugal, excluindo-se apenas os valores recebidos anterior ou posteriormente. Veja-se:

No entanto, apesar da determinação expressa do Código Civil no sentido da incomunicabilidade, ficou constando que, conforme bem realçou o Ministro Sanseverino, no julgamento do REsp n. 848.660/RS, já referido, “o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, reconhece que não se deve excluir da comunhão os proventos do trabalho **recebidos ou pleiteados na constância do casamento**, sob pena de se desvirtuar a própria natureza do regime. A comunhão parcial de bens, como é cediço, funda-se na noção de construção de patrimônio comum durante a vigência do casamento, com separação, grosso modo, apenas dos bens adquiridos ou originados anteriormente”.

Na linha desse raciocínio é a doutrina de Arnaldo Rizzardo, para quem, por meio da comunhão parcial, se realiza a distribuição do patrimônio de conformidade com o espírito e a finalidade própria do casamento: “**os bens amealhados na constância do casamento consideram-se comuns por serem resultado ou fruto da estreita colaboração que se forma entre o marido e a mulher**”. (RIZZARDO. Arnaldo. *Direito de família*. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 576)

[...]

Portanto, com base em toda doutrina exposta, alinhando-me à jurisprudência desta Casa, penso que o dispositivo legal que prevê a incomunicabilidade dos proventos aceita apenas uma interpretação, qual seja, **o reconhecimento da incomunicabilidade daquela rubrica apenas quando percebidos os valores em momento anterior ou posterior ao casamento. Na constância da sociedade os proventos reforçam o patrimônio comum e o que deles advier, ou mesmo considerados em espécie, devendo ser divididos em eventual partilha de bens.**

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, em sede de ação de divórcio proposta pelo ora recorrente, julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais e improcedente pedido reconvenicional, decretando a partilha dos bens adquiridos pelo ex-casal na constância do casamento.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* reputou correta a partilha, pois, em síntese, os bens adquiridos na constância do casamento e voltados ao proveito da família devem ser

partilhados, ainda que adquiridos com recursos em pecúnia originalmente não partilháveis.

Cita-se o excerto correspondente (fls. 828-833 e-STJ, sem grifos no original):

No que diz respeito à pretensão de partilha dos valores percebidos pelo Autor a título de diferenças remuneratórias atrasadas, bem assim dos honorários advocatícios de sucumbência com que fora congratulado em causa que patrocinou, tenho que a sentença também não comporta modificações.

O regime de bens, no caso o da comunhão parcial, teve vigência a partir da celebração do casamento.

**Não hão de ser partilhados, portanto, bens adquiridos anteriormente ao casamento.**

Como se vê dos autos, **percebeu o Autor a título de diferenças remuneratórias, pagas a ele, em quase sua integralidade, durante a vigência do matrimônio, a importância de R\$ 921.685,64. Contudo, em que pesem recebidas tais importâncias, parceladamente, na vigência do regime de bens, como se colhe dos documentos alinhados (Doc. Num. 7742509 - Pág. 47/51), dizem respeito ao período trabalhado entre dezembro de 1995 a junho de 2002, portanto, foram adquiridas antes da celebração do casamento, esta ocorrida em 01/05/2004.**

Dessa forma, muito embora recebidas entre setembro de 2003 e outubro de 2016, descabe a pretensão da Ré de que parte dessas quantias lhe seja destinada, pois foram adquiridas pelo Autor em período que precedeu o casamento.

Alinho, acerca do tema, compreensão esposada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que são partilháveis entre os cônjuges as indenizações trabalhistas pleiteadas na constância do casamento, o que permite concluir, por decorrência lógica, que aquelas requeridas anteriormente à sua vigência não se comunicam entre os cônjuges.

Confira-se:

[...]

No caso concreto em análise, como acima demonstrado, as verbas tiveram origem e foram pleiteadas antes da vigência do regime de bens, pelo que não devem ser objeto de divisão.

O mesmo raciocínio que fundamenta a rejeição ao pedido de partilha das verbas indenizatórias acima detalhado também motiva o afastamento da pretensão de divisão do valor dos honorários advocatícios assegurados ao Autor por decisão judicial, já que o contrato respectivo foi celebrado com seu cliente em 12 de abril de 2000 (Num. 7742598 - Pág. 24), com prolação de sentença em 20 de fevereiro de 2003 (Num. 7742598 - Pág. 40), e apresentação de contrarrazões, em 11 de junho de 2003 (Num. 7742598 - Pág. 41), ao recurso de Apelação pela contraparte, quando o casamento só veio a ser celebrado em 01/05/2004.

**Destarte, explicitado que os recursos relativos a honorários tiveram origem em data anterior ao casamento, também não há que se falar em sua divisão com a Ré.**

Importante mencionar aqui que é assente na jurisprudência a compreensão de que **recursos em pecúnia percebidos por um dos cônjuges, a exemplo do que ocorre com verbas do FGTS, as quais, da mesma**

**forma que as verbas atrasadas em debate têm natureza jurídica de fruto civil do trabalho e, uma vez utilizados em proveito da família na aquisição de bens durante a vigência do casamento, perdem sua característica de incomunicabilidade.**

[...]

**Em sintonia com essa mesma linha de compreensão, de que bens adquiridos em proveito da família, na vigência da sociedade conjugal, com recursos ainda que originalmente incomunicáveis, devem ser partilhados, há de ser rejeitada a pretensão recursal autoral de que a sentença seja modificada para afastar da partilha todos os bens debatidos, ao argumento de que foram pagos com diferenças remuneratórias atrasadas.**

De outro lado, afirma o Autor que o apartamento 203, Bl. D, Condomínio Residencial Ilha Bela I, Caldas Novas/GO, não existe de fato, pois o empreendimento foi abandonado sem conclusão pela construtora, razão pela qual não haveria que se falar em divisão do valor das parcelas pagas entre 01/05/04 e 16/03/17.

Da sucessão dos atos processuais, colhe-se que a existência dos contratos de promessa e compra e venda relativos aos imóveis em Caldas Novas só foi admitida pelo Autor na petição de ID Num. 7742597, ocasião em que também noticiou que a obra de construção do Apartamento 203, Bloco “D”, Residencial Ilha Bela, foi abandonada pela construtora, após sua falência. Reportou ainda que em 30/04/11 foi constituída associação por promitentes compradores, voltada a pleitear a conclusão do empreendimento.

Na mesma oportunidade noticiou que as chaves do imóvel inacabado estariam em poder da Associação antes aludida.

O documento de ID Num. 7742598 refere-se a contrato de promessa de compra e venda da aludida unidade imobiliária mediante pagamento de entrada de R\$ 5.000,00 e parcelas mensais e intermediárias.

O documento de ID Num. 7742598, de seu turno, corrobora a alegação autoral de que foi criada a associação destinada à conclusão do empreendimento e entrega dos imóveis aos promitentes compradores.

Em sua manifestação acerca dessas alegações autorais (Num. 7742647), a Ré não se contrapôs à informação de que o imóvel não existia de fato em face do abandono da obra pela construtora, limitando-se a afirmar que se encontrava quitado.

O documento de ID Num. 7742658, colacionado pelo próprio Autor, por sua vez, contém a informação de que a aludida unidade imobiliária já estava disponível a ele desde 15/12/16, para que realizasse a conclusão das obras de acabamento, cujo valor foi ali orçado em R\$ 20.000,00.

Dessa forma, tenho que não merece acolhimento a alegação autoral de afastamento de partilha do valor das prestações efetivamente pagas relativamente ao apartamento 203, Bloco D, Condomínio Residencial Ilha Bela I, Caldas Novas/GO, sob o argumento de que o empreendimento não foi concluído, pois a unidade imobiliária já foi lhe disponibilizada, tendo, por conseguinte, valor apreciável economicamente.

Ademais, a determinação judicial de partilha versou unicamente sobre “as parcelas quitadas na ” (Num. 7742678 - Pág. 6). constância do casamento. Dessa forma, foi acertadamente determinada a partilha unicamente das prestações efetivamente pagas na constância do casamento, não

comportando retoques a sentença no ponto.

O acórdão impugnado acompanhou nesse ponto a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Súmula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

2. Quanto às alegações de ofensa aos arts. 1227, 1245 e 1246, do Código Civil e art. 344 e 373, inc. I, do CPC/15, o recurso especial não ultrapassa o conhecimento. Na interposição do recurso especial, é dever da parte recorrente indicar como violado ou como objeto de interpretação divergente dispositivo de lei federal com conteúdo normativo conexo com a matéria discutida na irresignação, sob pena de a deficiência das razões recursais atraírem o óbice da Súmula 284/STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido, cita-se precedente:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA PARA ASSEGURAR TRATAMENTO MÉDICO A CIDADÃO CARENTE. CONDENAÇÃO EM VERBA DE SUCUMBÊNCIA. POSSIBILIDADE. ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS QUE NÃO TÊM FORÇA NORMATIVA APTA À REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. VIOLAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC NÃO VERIFICADA. VERBA HONORÁRIA NÃO IRRISÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

2. À luz da Súmula n. 284 do STF, **não se conhece de recurso especial na parte em que se alega violação a dispositivos de lei federal que não contêm comando normativo suficiente à conclusão do acórdão recorrido.** Nessa linha, não se conhece do recurso especial, quanto às alegadas violações dos arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985. (...) Agravo regimental improvido." (AgRg no Resp 1455414/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014) (sem grifos no original)

Conforme os trechos acima colacionados, o acórdão recorrido não partilhou o apartamento, mas as parcelas já pagas pelo casal, referentes à promessa de compra de compra e venda de imóvel firmada por eles, de modo que os artigos elencados não guardam relação com o ponto da decisão impugnado pelo recorrente, atraindo o referido óbice sumular.

3. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator